

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

4



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

4



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 4 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0060-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.608221103>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Subrinho, Abinalio Ubiratan da Cruz (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Desde a superação dos paradigmas interpostos pelas tendências de cunho tradicionalista, o campo educacional vem somatizando uma série de ganhos e tensionamentos, entre eles se sublinha o amadurecimento das concepções da aprendizagem enquanto ato situado, atravessado pelas mais diversas experiências e contextos no qual todos os atores envolvidos neste rizoma se tornam importantes elaboradores e propagadores de conhecimento.

Adjunto a isso, se destaca também a indispensável atuação dos professores/as, coordenadores/as e demais profissionais da educação no desenvolvimento de reflexões de cunho teórico, metodológico, epistemológico, formuladas a partir da investigação da sua própria prática. Estudos que se convertem basilares no desenvolvimento de políticas públicas que levem em consideração o cenário sociocultural no qual a escola está imersa (do qual é simbioticamente integrante) e os sujeitos, intra e extramuros, que a compõem.

Nesse sentido, as práticas de pesquisa em Educação têm oportunizado um ganho sistêmico e multilateral para o campo e para os sujeitos, benefícios que refletem, diretamente, nos gestos e processos sociais: ganha o campo pois, em decorrência das investigações novas lentes são lançadas sobre fenômenos e problemáticas que permeiam as relações seculares do ensinar e aprender, bem como emergem novas questões achados que irão, entre outras circunstâncias, contribuir com reformulação do currículo escolar e da didática, inserindo e revisando temáticas e epistemologias.

Quanto aos indivíduos que, atravessados de suas subjetividades, ao pesquisarem exercem a autoformação, dimensão formativa aqui pensada a partir de Pineau (2002), que em linha gerais a define como um processo perene que acompanha os sujeitos em toda sua vida, promovendo uma revolução paradigmática. O estar atento a você mesmo, suas atitudes, emoções, e a relação com o outro e com o ambiente. A interação destas dimensões constitui um engajamento às causas pessoais, sociais e ambientais, possibilitando que os indivíduos reflitam e ressignifiquem, nesse contexto, o pensar praticar à docência e as outras diversas formas de ensinar.

Desse modo, nesta obra intitulada “**A educação enquanto fenômeno social: Um estímulo a transformação humana**” apresentamos ao leitor uma série de estudos que dialogam sobre as mais variadas temáticas, entre elas: a formação inicial e contínua dos profissionais da educação; discussões acerca dos níveis e modalidades de ensino, percebidas a partir de diversas perspectivas teóricas; da gestão da sala de aula e da gestão democrática do ensino público; elaboração e análise crítica de instrumentos ensino e situações de aprendizagem; constructos que versam sobre educação, tecnologia, meio ambiente, entre outras propostas transversais. As pesquisas adotam métodos mistos, filiadas a diferentes abordagens, campo teórico e filosófico, objetivando contribuir com a

ampliação dos debates em educação e com a formação, qualificação e deleite de todos os sujeitos que se encontrarem com este livro.

Assim, desejamos a todos e todas uma aprofundada e aprazível leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO BRASILEIRO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CURSO DE PEDAGOGIA

Fernando Silva Martins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211031>

CAPÍTULO 2..... 11

O ESTÁGIO COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E SUA PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Giovani Mota Moreira

Denise Nascimento Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211032>

CAPÍTULO 3..... 28

O TRABALHO DOCENTE NAS INTERFACES DA APRENDIZAGEM HÍBRIDA E DA CRISE GERADA PELA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Jonatas Marcos da Silva Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211033>

CAPÍTULO 4..... 42

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇO PARA A CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS E IDENTIDADE DE GÊNERO

Letícia Thomaz Kanazava

Maria Laura Ferreira da Silva

Renata Nicizak Villela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211034>

CAPÍTULO 5..... 51

POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: PRENÚNCIOS PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Juliana Macedo Balthazar Jorge

Vânia de Fátima Matias de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211035>

CAPÍTULO 6..... 60

CULTURA DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR: LIMITES E POSSIBILIDADES IMPULSIONADAS PELA PANDEMIA DA COVID-19

Cleber Silva dos Santos

Christian Duarte

Ana Lúcia de Souza Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211036>

CAPÍTULO 7..... 70

VIDEOTEATRO DO OPRIMIDO: A PRÁTICA DA ENCENAÇÃO PELO MÉTODO DO

TEATRO DO OPRIMIDO ATRAVÉS DAS NOVAS MÍDIAS COMO ARTICULAÇÃO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Chrissie Santos de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211037>

CAPÍTULO 8..... 79

PROFISSÃO DOCENTE: DILEMAS, DESAFIOS E OS REFLEXOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Izabelle Cristina de Almeida

Victoria Mottim Gaio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211038>

CAPÍTULO 9..... 88

A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Gerson Luiz Buczenko

Maria Arlete Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211039>

CAPÍTULO 10..... 100

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO(A) TRANSGÊNERO: ANÁLISE DO PROGRAMA EMPREGABILIDADE TRANS – COZINHA & VOZ ANTES E DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVIRUS

Vanessa Ester Ferreira Nunes

Vanda Mendes Ribeiro

Alexsandro do Nascimento Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110310>

CAPÍTULO 11..... 110

OS CONTRIBUTOS DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ronaldo Garcia Almeida

Célia Maria Retz Godoy dos Santos

Juliana de Araujo Cubas da Silva

Valéria Aparecida Tomazinho Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110311>

CAPÍTULO 12..... 121

EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A MODALIDADE EJA, EM TEMPOS DE PANDEMIA

Maria Verônica Rodrigues da Fonseca

Bárbara de Britto Terra Nova Gonçalves

Viviane da Costa Bastos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110312>

CAPÍTULO 13..... 132

OS DESAFIOS EDUCACIONAIS, FAMILIARES E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

DOCENTE NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID - 19

Elenice da Silva Moraes

Rosangela Maria Boeno

Maria Rosangela Portella de Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110313>

CAPÍTULO 14..... 140

ANIMAÇÃO JAPONESA DR. STONE & MAPAS CONCEITUAIS: ALTERNATIVAS PARA ENSINAR O CONTEÚDO DE SEPARAÇÃO DE MISTURAS NA MODALIDADE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Mateus de Jesus Silva Matos

Kalebe Pinheiro Ramos

Alice Pantoja Trindade

Brennda Monteiro Gama

Fabricia Oliveira da Silva

Laura Cristina Ponte Moraes

Ruan Brandão Quintela

Yasmim Cristini Ribeiro dos Santos

Filipe dos Anjos Queiroz

Francisco Diniz da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110314>

CAPÍTULO 15..... 151

A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA PROMOVER ESTÍMULOS EDUCATIVOS

Patricia Portela Coêlho

Desireé Gonçalves Raggi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110315>

CAPÍTULO 16..... 164

POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: NARRATIVAS DE BOLSISTAS DO PROUNI

Adriana Aparecida de Faria Alvarez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110316>

CAPÍTULO 17..... 178

GOOGLE SALA DE AULA E O ENSINO JURÍDICO: UMA ABORDAGEM COLABORATIVA E CONSTRUCIONISTA

José Eduardo Lima Lourencini

Monica Fürkotter

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110317>

CAPÍTULO 18..... 188

NARRATIVA DE PROFESSORES: INSTRUMENTO DE REFLEXÃO DA PRÁTICA DOCENTE

Luciana de Oliveira Gonzaga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110318>

CAPÍTULO 19.....	199
AS <i>LIVES</i> COMO PROPOSTA DE SOCIALIZAÇÃO DE SABERES E FAZERES	
Vânia Santos de Souza	
Márcia Lidiane Rodrigues Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110319	
SOBRE OS ORGANIZADORES	204
ÍNDICE REMISSIVO.....	205

POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: PRENÚNCIOS PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 10/01/2022

Juliana Macedo Balthazar Jorge

Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR

<http://lattes.cnpq.br/0178583182124387>

Vânia de Fátima Matias de Souza

Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR

<http://lattes.cnpq.br/7642081335847897>

Trabalho apresentado no XV Congresso Nacional de Educação – EDUCERE.

RESUMO: Historicamente, as políticas educacionais brasileiras para o ensino pré-escolar apresentam um caráter compensatório e preparatório para a próxima etapa. Essa condição demarca as principais propositivas da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e do documento procedente Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (RENABE). Objetivando apresentar os prenúncios de uma política nacional de alfabetização com foco na educação pré-escolar, este estudo decorre de pesquisa qualitativa do tipo documental. A análise dos dados descende das categorias derivadas dos enxertos do RENABE: “nível de escolaridade da família”, “habilidades de decodificação” e “pré-escola como preparatória”. Os resultados evidenciam que a política educacional apresentada pelo RENABE

é um prenúncio de uma perspectiva centrada na privação cultural e na antecipação do ensino técnico sobre o sistema de escrita, inerente ao ensino fundamental. Nessa perspectiva, as categorias manifestas no RENABE se afastam das orientações normativas dos documentos curriculares nacionais contempladas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2009) e na Base Nacional Comum Curricular (2017), bem como, de uma concepção centrada na Teoria Histórico-cultural sobre a aquisição da escrita. Conclui-se que essa política visa a minorar as possíveis repetências e evasões escolares derivantes das próximas etapas. Assim, nega-se a especificidade educacional da criança do presente buscando compensar as fragilidades políticas, econômicas e sociais nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Política Nacional de Alfabetização. Políticas curriculares. Educação Infantil.

NATIONAL LITERACY POLICY: FORESIGHTS FOR PRESCHOOL EDUCATION

ABSTRACT: Historically, Brazilian educational policies for pre-school education shows a compensatory and preparatory character for the next stage. This condition demarcates the main propositions of the National Literacy Policy (PNA) and of the proceeding document National Report on Evidence-Based Literacy (RENABE). Aiming to present the foreshadowings of a national literacy policy with a focus on pre-school education, this study results from a qualitative documentary research. Data analysis originates from the categories derived from the RENABE grafts:

“family level of education”, “decoding skills” and “preschool as preparatory”. The results show us that the educational policy presented by RENABE is a harbinger of a perspective centered on cultural deprivation and on the anticipation of technical education on the writing system, inherent to elementary school. In this perspective, the categories manifested in RENABE deviate from the normative guidelines of the national curriculum documents contemplated in the National Curriculum Guidelines (2009) and in the Common National Curriculum Base (2017), as well as from a conception centered on the Historical-cultural Theory on acquisition of writing. It is concluded that this policy aims to reduce possible school repetitions and dropouts resulting from the next steps. Thus, the educational specificity of the child of the present is denied, seeking to compensate for national political, economic and social weaknesses.

KEYWORDS: National Literacy Policy. Curriculum policies. Child education.

1 | INTRODUÇÃO

A história das políticas educacionais para a educação pré-escolar se encontra marcada por uma perspectiva preparatória. Por meio da antecipação dos conteúdos e métodos peculiares ao ensino fundamental, as políticas para o pré-escolar apresentam um aspecto de prontidão, ao contrário de se educar a criança para seu tempo presente. Negam-se, assim, as possibilidades de desenvolvimento psíquico e motor compatível com a faixa etária dessa etapa escolar.

A partir da década de 1990, os documentos curriculares legais para a educação infantil apresentam norteamentos que tecem as propostas pedagógicas para o pré-escolar. Dentre os documentos, destacamos os mais recentes: as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular. Esses documentos mandatórios se configuram como políticas educacionais do Estado brasileiro.

O estudo se volta para a análise da política de Estado (MORTATTI, 2019) denominada Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019), implementada no ano de 2019 pelo Presidente da República Jair Bolsonaro. Para tanto, elege como referência o documento Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (RENABE). O relatório enuncia a centralidade às políticas públicas de alfabetização no processo de melhoria do ensino, incluindo em seu projeto evidências que se configuram como orientações para a educação pré-escolar.

Diante desse quadro, objetiva-se esclarecer as perspectivas apresentadas pelo RENABE para demarcar os prenúncios de uma política de alfabetização com foco no ensino pré-escolar. Para tanto, este estudo decorre de pesquisa qualitativa do tipo documental. Os dados da análise são procedentes das categorias analíticas derivadas dos enxertos do RENABE, sendo elas: “nível de escolaridade da família”, “habilidades de decodificação” e “pré-escola como preparatória”.

Para além de categorizar, o estudo valida as informações encontradas na coleta de dados estabelecendo relações com os aportes da Teoria Histórico-Cultural sobre a aquisição da cultura escrita, a fim de possibilitar compreensões e interpretações conceituais

(MINAYO, 2012) quanto ao espoco da pesquisa.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 A abordagem da privação cultural e as políticas educacionais compensatórias

A história da educação infantil no Brasil sinaliza que as crianças das classes sociais menos favorecidas, classificadas como carentes, não correspondem às expectativas educacionais estabelecidas por apresentarem privação cultural¹. Por meio de políticas, programas, pactos e planos, definem-se projetos com o intuito de minorar a defasagem cultural; todavia, para a educação pré-escolar, essas políticas apresentam um cunho compensatório. Kramer (2003, p. 29) analisa que

A proposta que ressurgiu, de elaborar programas de educação pré-escolar a fim de transformar a sociedade no futuro, é uma forma de culpar o passado pela situação de hoje e focalizar no futuro quaisquer possibilidades de mudança. Fica-se, assim, isento de realizar no presente ações ou transformações significativas que visem a atender às necessidades sociais atuais.

A educação pré-escolar passa a ser compreendida como meio para se solucionar os problemas econômicos, políticos e sociais que integram uma sociedade estratificada em classes. Por meio da abordagem da privação cultural, justificavam-se as defasagens de aprendizagem das crianças, culpabilizando o desprovimento cultural das famílias. Nesse cenário, não se considera a problemática curricular, metodológica, material e infraestrutural enquanto componentes significantes para o ensino e a aprendizagem.

Nessa perspectiva, a implementação de políticas educacionais que visam à preparação da criança pré-escolar para o ensino fundamental, tendo como basilares a antecipação da alfabetização e das habilidades acadêmicas, não condiz com as especificidades da faixa etária e suas necessidades psíquicas, motoras e emocionais, atuando, assim, como uma perspectiva compensatória. Pasqualini (2014, p. 94) elucida:

Dessa forma, a perspectiva de preparação das crianças pobres para a escola expressa, historicamente, menos uma preocupação com o desenvolvimento da criança e mais com a produção da adaptabilidade ou ajustamento dela ao ambiente escolar, tendo em vista a redução formal dos níveis de repetência, evasão e distorção idade/série.

Ao se sustentar pelos pressupostos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, este estudo advoga que a cultura escrita está inserida em todos os ambientes sociais que a criança convive desde o nascimento, portanto o acesso a essa linguagem não deve ser negado, mas apresentado de tal maneira que a criança compreenda a sua função social e

¹ A abordagem da privação cultural se apoia no seguinte quadro conceitual: as crianças das classes populares fracassam, pois apresentam “desvantagens socioculturais”, ou seja, carências de ordem social. A ideia básica é a de, por intermédio da intervenção precoce, reduzir ou eliminar as desvantagens educacionais (KRAMER, 2003).

encontre a necessidade de apropriação para comunicação (SOUZA; MELLO, 2017). Assim, apresentando como referência os pressupostos supracitados, este estudo se volta para a análise dos prenúncios que envolvem a Política Nacional de Alfabetização com foco na educação pré-escolar.

2.2 Relatório Nacional de Alfabetização clarificando as evidências

A Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019) foi instituída em 11 de abril de 2019 pelo Decreto nº 9.765,

[...] por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal (BRASIL, 2019, n.p.).

Para combater o analfabetismo que, no Brasil, alcança 6,6%, ou seja, 11 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade (CONTÍNUA, PNAD, 2019), o governo federal traçou as diretrizes da PNA estabelecendo para a educação infantil o incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia (BRASIL, 2019).

Dentre as ações de implementação da PNA, destaca-se a Primeira Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (CONABE) realizada em Brasília, de 22 a 25 de outubro de 2019. O Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (BRASIL, 2020), documento decorrente da CONABE, organizou as evidências do seu conteúdo científico. Elaborado por membros nacionais especialistas em literacia² e numeracia³, as pesquisas apresentadas se fundamentam nas evidências da Ciência Cognitiva da Leitura; ao final, o relatório tece recomendações para as políticas curriculares brasileiras, práticas de ensino e avaliação.

As crianças da primeira infância e os professores da educação infantil são um dos grupos de pesquisa do relatório. No seu decurso, é possível verificar que o descritivo “educação infantil” é expresso 68 vezes e “pré-escola” 108 vezes. Pelo volume de referências, ampliaremos a discussão sobre as intenções do RENABE para essa etapa de ensino.

Na apresentação do relatório, observam-se indícios consoantes com a abordagem da privação cultural, conforme expresso neste excerto: “o grau de proficiência correlaciona-se com o nível socioeconômico, o que indica um forte papel da família na educação” (BRASIL, 2020, p. 8). Em outro momento, o relatório cita Capovilla *et al.* (1997), justificando as dificuldades de aquisição da linguagem escrita por meio do seguinte excerto:

[...] sabe-se que, quanto maior o nível socioeconômico (NSE) do(a) chefe

2 Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à leitura, à escrita e à sua prática produtiva (BRASIL, 2019).

3 Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à matemática (BRASIL, 2019).

da família (tal como medido pelo custo da matrícula em termos de número de salários mínimos), e quanto maior a escolaridade (tal como medida pelo número de anos de estudo) do(a) cuidador(a) principal da criança em casa, maior tende a ser o repertório da criança, quando ela entra na Educação Infantil ou no primeiro ano do Ensino Fundamental (BRASIL, 2020, p. 29).

Entendemos que os descritivos se relacionam com a abordagem da privação cultural, quando atribuem à família a responsabilização pelo desempenho escolar das crianças. O nível socioeconômico e a escolaridade dos familiares são fatores relevantes para a formação das crianças. Todavia, em nenhum momento, no decorrer do relatório, foram enunciadas políticas públicas que minorassem os problemas políticos, econômicos e sociais como reais causas do analfabetismo.

O RENABE indica a família como um dos principais agentes para o desenvolvimento escolar infantil e manifesta que, “nos currículos estudados dos países selecionados, foi observada uma valorização da etapa pré-escolar como preparatória para a escolarização formal” (BRASIL, 2020, p. 40). Ao expressar um caráter compensatório e preparatório, o relatório sinaliza um retrocesso em relação ao atendimento educacional à criança pré-escolar. Logo, este estudo advoga por uma educação pré-escolar com identidade e especificidade próprias. O trabalho pedagógico escolar deve ser organizado para a formação da criança no presente e não como uma mera preparação para o futuro. Pasqualini (2014, p. 95) analisa que “[...] a perspectiva de se atribuir à educação infantil a tarefa de produzir a “prontidão” para a escola é equivocada, pois essa “prontidão” só será alcançada na própria escola, e não antes dela”.

O prisma de compreender o desenvolvimento infantil a partir do *vir a ser* encontra seus fundamentos na matriz teórica do capital humano e desponta no relatório da RENABE quando o Secretário de Alfabetização e Presidente da I CONABE expõe que o grave quadro educacional brasileiro acarreta desperdício de “recursos públicos, talentos nacionais e capital humano” (BRASIL, 2020, p. 8).

Preparar a criança para a alfabetização traz implicações para a educação pré-escolar que podem significar retrocessos, uma vez que essa propositiva se afasta das orientações normatizadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2.3 Contrapontos entre o PNA e os documentos mandatários nacionais

A Resolução nº5/2009 institui, por meio das DCNEI, os princípios e fundamentos para a organização das propostas pedagógicas na educação infantil. Orienta que as crianças aprendam sobre a cultura escrita por meio das interações e brincadeiras, considerando práticas que “[...] possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos [...]” (BRASIL, 2009).

A BNCC apresenta a organização curricular da Educação Infantil estruturada em

cinco campos de experiências nos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. O campo “Escuta, fala, pensamento e imaginação” contempla expressamente os conhecimentos sobre a linguagem escrita. Sobre esse campo de experiências, a BNCC destaca:

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores (BRASIL, 2017, p. 42).

Os pressupostos expostos nos referidos documentos deliberam acerca da implementação da cultura escrita enquanto instrumento simbólico de comunicação e como possibilidade de expressão de informações, ideias e sentimentos, sendo o meio para que a criança compreenda a função social dessa linguagem. Souza e Mello (2017, p. 32), sustentadas pela Teoria Histórico-Cultural, observam que “[...] quando utilizamos a escrita como um objeto cultural que tem uma função na sociedade –, as crianças vão compreendendo a função social da escrita e criando em si a necessidade de ler e escrever coisas para serem lidas”.

Em contraposição aos documentos mandatários nacionais e às pesquisas sobre a apropriação da cultura escrita na educação infantil, o RENABE orienta que, no ensino pré-escolar, o currículo escolar contemple atividades voltadas para o desenvolvimento de habilidades gerais e específicas. Sobre atividades específicas, o documento destaca:

[...] habilidades semânticas, morfossintáticas, narrativas e de processamento fonológico. Essas habilidades estão intimamente relacionadas ao sucesso do processo de alfabetização, tanto em termos de decodificação quanto compreensão de leitura (BRASIL, 2020, p. 36).

Observa-se que o RENABE reduz as aprendizagens que integram o ensino da cultura escrita, caracterizando-as enquanto habilidades de decodificação desvinculadas da prática social. Desconsideram-se, assim, “os aspectos sociais e culturais que impactam o desenvolvimento cognitivo” (FRADE, 2019, p. 125) dos diversos grupos que compõem a sociedade.

No que tange ao processo de aprendizagem da leitura e da escrita, o RENABE afirma que se faz necessário que as crianças entendam que as palavras são segmentadas por unidades mínimas, compreendidas como fonemas, e que as letras representam os fonemas. Assim, “os principais preditores da aprendizagem da leitura e da escrita são o conhecimento de letras e a consciência fonêmica” (BRASIL, 2020, p. 34).

Para refutar o excerto do RENABE, recorre-se à afirmação de Luria (2017, p. 146), que proclama: “a escrita constitui o uso funcional de linhas, pontos e outros signos para recordar e transmitir ideias e conceitos”. Em suas pesquisas com crianças entre 3 e 5 anos de idade, Luria constatou que, dependendo do desenvolvimento cultural das crianças, elas

são incapazes de compreender a escrita como um instrumento. Elas são capazes de imitar os adultos em suas ações de leitura e escrita, porém sem “[...] apreender os atributos psicológicos específicos que qualquer ato de escrever deve ter, caso venha a ser usado como instrumento a serviço de algum fim” (LURIA, 2017, p. 149).

Os estudos de Luria reiteram que a criança necessita apreender o sentido e a função da escrita e garantem que:

O desenvolvimento da escrita na criança prossegue um longo caminho que podemos descrever como a transformação de um rabisco não diferenciado para um signo diferenciado. Linhas e rabiscos são substituídos por figuras e imagens, e estas dão lugar a signos. Nesta sequência de acontecimentos, está todo o caminho de desenvolvimento da escrita, tanto na história da civilização como no desenvolvimento da criança (LURIA, 2017, p. 161).

Frequentemente, o ato de registrar linhas, traços e signos antecede à compreensão do sentido e do mecanismo da escrita, significando a sua pré-história. Dessa forma, quando contemplamos a comunicação das ideias por intermédio de rabiscos e desenhos, a percepção dos diversos símbolos e signos de uso social, quando somos escribas dos textos que as crianças ditam e quando lemos histórias e outros gêneros textuais que nos permitem encontrar informações, propiciamos a compreensão do sentido e da função escrita.

Ao orientar o ensino da leitura e da escrita enfatizando o seu aspecto técnico e centrado no método fônico, o documento expõe uma proposta compatível com o treino em detrimento da função social. Portanto, de acordo com Vygotsky (2000, p. 183), “nosso ensino da escrita não se baseia no desenvolvimento natural das necessidades da criança, nem em sua própria iniciativa: chega-lhe de fora, das mãos do professor e lembra a aprendizagem de um hábito técnico [...]”.

Observa-se na PNA e no RENABE uma propositiva de educação pré-escolar articulada aos conteúdos e às metodologias do ensino fundamental, sinalizando uma perspectiva preparatória. Essa busca por preparar para compensar as carências culturais advindas de questões políticas, econômicas e sociais cumpre com o escopo de prevenir o fracasso escolar inerente às próximas etapas educativas. Atuando no nível da “prontidão para” e negando as especificidades essenciais da criança do presente, busca-se reduzir gastos públicos com as possíveis repetições e desistências escolares, ao almejar, assim, formar o cidadão com capacidade produtiva.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa considera legítima a progressão da democratização da alfabetização no Brasil por meio de políticas educacionais que superem os desafios políticos, sociais e econômicos proeminentes no território nacional. Salienta-se que a melhoria das condições de vida da população em concomitância com o acesso qualitativo à escolarização e

políticas públicas de formação de professores são fatores determinantes para a melhoria dos índices de alfabetização.

Argumenta-se que a alfabetização seja compreendida como um percurso em que se ensinam os conhecimentos sobre a escrita alfabética, mas também a sua relevância como prática social. Ao priorizar a alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental, o RENABE, ratificando as propositivas da PNA, impõe práticas de alfabetização para a educação pré-escolar com vistas a preparar a criança para a próxima etapa.

Ao se justificar pela abordagem da privação cultural e propor um ensino centrado no método fônico, a PNA e o RENABE, por intermédio de evidências advindas da ciência cognitiva, desconsideram as conquistas legais expressas nos documentos mandatórios nacionais para a educação infantil e a diversidade de concepções e métodos que compõe o arcabouço científico sobre a alfabetização.

As análises basilares sobre as categorias que derivaram do documento reiteram a relevância da observação das políticas educacionais com foco na educação infantil. Na busca por abrandar as fragilidades de um país marcado pelas desigualdades sociais, propõe-se antecipar para a educação pré-escolar o ensino técnico do sistema de escrita, propiciando, assim, minorar os gastos públicos com possíveis repetências e evasões escolares advindas das próximas etapas de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências**. Brasília, DF: MEC/Sealf, 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019.

CONTÍNUA, PNAD. Educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. **Agência IBGE Notícias**, v. 19, 2019.

FRADE, I. C. A. S. A escrita na Política Nacional de Alfabetização. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 10, p. 125-128, 2019.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar: a arte do disfarce**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. *In*: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 16. ed. São Paulo: Ícone, 2017. p. 143-189.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

MORTATTI, M. R. L. Brasil, 2091: notas sobre a “política nacional de alfabetização”. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 7, n. 3, p. 17-51, 2019.

PASQUALINI, J. C. Contribuição ao debate sobre o problema da preparação para a escola de ensino fundamental na educação infantil. **Teoria e Prática da Educação**, v. 17, n. 3, p. 93-106, 2014.

SOUZA, R. A. M.; MELLO, S. A. O lugar da cultura escrita na educação da infância. *In*: COSTA, S. A.; MELLO, S. A. (Orgs.) **Teoria Histórico-Cultural na Educação Infantil**: conversando com professoras e professores. Curitiba: CRV, 2017. p. 199-215.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas III**. 2. ed. Madri: Visor, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiental 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 104

Ambiente virtual de aprendizagem 126, 178, 185, 186

Animações japonesas 141, 147

Aprendizagem 11, 18, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 47, 53, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 80, 82, 83, 87, 94, 96, 111, 112, 113, 115, 118, 119, 120, 122, 125, 126, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 194, 195, 196, 203

Aprendizagem híbrida 28, 34, 35, 36, 37, 38

C

Cartografia 70

Comunicação digital 199

Construcionismo 178

Contexto familiar 56, 110, 112, 116, 117

Covid-19 6, 34, 60, 61, 63, 64, 66, 68, 70, 71, 105, 106, 121, 122, 128, 129, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 161, 162, 163, 199, 200, 202, 203

Cultura digital 60, 61, 62, 66, 68

D

Desenvolvimento profissional 82, 83, 115, 188, 189, 196

Desigualdade 12, 16, 43, 104, 132, 140, 148, 157, 173

Direito 3, 16, 17, 20, 27, 100, 101, 108, 121, 122, 125, 129, 169, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 186, 187, 200

Direito público 100, 101

Diversidade 42, 45, 47, 48, 49, 58, 82, 109, 126, 132, 137, 204

Dr. Stone 140, 141, 142, 143, 144, 148, 149

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 107, 109, 110, 111, 114, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136,

137, 138, 139, 140, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 187, 188, 189, 192, 196, 197, 199, 200, 204

Educação de jovens e adultos 19, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 144, 172

Educação escolar 31

Educação familiar 110, 111

Educação infantil 3, 4, 5, 12, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 84, 151, 153, 154, 158, 160, 161, 162, 171

Ensino-aprendizagem 28, 29, 30, 34, 36, 37, 38, 70, 80, 83, 118, 134, 159

Ensino de Química 141

Ensino híbrido 30, 32, 33, 37, 64, 132, 133, 134, 136, 138

Ensino remoto 60, 61, 62, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157, 159, 161, 162, 163, 203

Ensino superior 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 20, 35, 36, 60, 61, 64, 66, 68, 90, 99, 101, 108, 112, 113, 114, 116, 117, 120, 121, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 186, 187, 204

Entrevista narrativa 164, 165, 170, 177

Equidade 4, 30, 100

Estágio 3, 11, 12, 13, 17, 19, 20, 25, 26, 27, 75, 115

Estratégias de aprendizagem 151

Estudantes 3, 6, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 35, 37, 38, 49, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 106, 114, 116, 117, 118, 123, 129, 147, 152, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 174, 176, 203

F

Formação de professores 1, 2, 3, 5, 39, 58, 76, 79, 80, 81, 87, 99, 121, 122, 123, 125, 127, 128, 130, 172, 188, 191, 197, 198, 204

Formação profissional 11, 17, 20, 27, 79, 80, 84, 131, 198

G

Gênero 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 84, 101, 102, 107, 108, 109, 200

Google sala de aula 178, 180, 181, 182, 184, 185, 186

I

Identidade 3, 4, 10, 42, 43, 44, 45, 49, 55, 83, 84, 100, 101, 102, 107, 108, 111, 114, 116, 137, 188, 189, 191, 197

L

Live 199

M

Mapas conceituais 140, 141, 143, 144, 146, 147, 149, 150

Mercantilização 1, 2, 3, 6, 8, 9, 10, 137, 138

Metodologias inovadoras 60

N

Narrativas 55, 56, 164, 165, 170, 177, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 204

Novas mídias 70, 72, 73, 77

P

Pandemia da Covid-19 60, 61, 63, 66, 68, 133, 136, 137, 139, 151, 153, 154, 157, 161

Pandemia do coronavírus 28, 100, 105, 125

Pedagogia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 34, 39, 40, 73, 77, 92, 98, 121, 123, 125, 126, 130, 162, 163, 164, 165, 172, 179, 197, 201, 203, 204

Pesquisa-ação 128, 131, 199, 202

Política nacional de alfabetização 51, 52, 54, 58

Políticas curriculares 51, 54

Políticas educacionais 50, 51, 52, 53, 57, 58, 100, 163

Políticas públicas 4, 42, 47, 50, 52, 55, 58, 84, 86, 90, 100, 103, 104, 107, 108, 109, 121, 164, 165, 173, 174, 175, 176, 204

Precarização 6, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 25, 26, 79, 80, 86, 132, 135, 139

Professor universitário 1, 2, 5

Profissionalização 39, 79, 80, 81, 83, 87, 106, 204

Prouni 164, 165, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

R

Representações sociais 42, 44, 46, 48, 49

T

Teatro 16, 70, 72, 73, 74, 76, 77

Teatro do Oprimido 70, 73, 76, 77

Tecnologias digitais de informação e comunicação 133, 134, 178, 179

Trabalho de conclusão de curso 110, 116

Trabalho docente 6, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 79, 80, 81, 84, 86, 87, 132, 133, 135, 139, 187

Transgênero 100, 102, 103, 104

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

4



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

4



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022